



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 15 E 16 DE SETEMBRO DE 2016

1 Nos dias 15 e 16 de setembro de 2016, na sala de Reuniões Plenárias, localizada no 10º andar, do
2 Ed. Parque Cidade Corporate, Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 20ª
3 Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, com os seguintes pontos
4 de pauta: aprovação das atas das 17ª, 18ª e 19ª Reuniões Ordinárias, relato da participação do
5 CNDH no III Congresso Nacional da População de Rua, relato sobre participação do CNDH na IV
6 Marcha contra o Genocídio do Povo Negro, relato sobre a Reunião do CNDH com Ministro da
7 Justiça e Cidadania sobre direitos dos povos indígenas, relato sobre Reunião do CNDH com o
8 Advogado-Geral da União, relato sobre participação da Presidente do CNDH no lançamento da
9 Campanha sobre os violações de direitos nos programas policiaiscos, relatos sobre as atividades
10 das Comissões Permanentes - Comissão Permanente de Direito Humano à Alimentação Adequada -
11 Comissão Permanente de Direito à Cidade - Comissão Permanente dos Direitos da População em
12 Situação Privação de Liberdade - Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas,
13 Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes
14 Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários,
15 encaminhamentos da Audiência Pública do CNDH “Violência contra a Mulher em suas diversas
16 formas”, encontro Regional de Defensorias Públicas e Instituições Nacionais de Direitos Humanos,
17 Princípio da não violência no contexto de manifestações - Reedição da Resolução nº
18 06/2013/CDDPH, portaria nº 794, de 02 de setembro de 2016, do Ministro da Justiça e Cidadania –
19 Prorroga a vigência da Portaria nº 611/16 do MJC até 31 de dezembro de 2016, encaminhamentos
20 sobre a solicitação de audiência do CNDH com os Governadores dos Estados do Ceará e Minas
21 Gerais, aprovação do Relatório sobre Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão na Mídia
22 Brasileira, caso do Sistema Socioeducativo do Ceará – Monitoramento das Recomendações do
23 CNDH, definição da Programação da Reunião Ampliada – CNDH e Conselhos Estaduais de
24 Direitos Humanos, caso da criminalização do MST em Goiás – Aplicação da Lei nº 12.850/13, da
25 Organização Criminosa – Acompanhamento do processo HC 371135 – STJ, demarcação da Terra
26 Indígena IBIRAMA-LAKLÃNÔ - Acompanhamento da Ação Cível Originária 1100 – STF,
27 conclusões e encerramento. Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Ivana
28 Farina Navarrete Pena (Presidente do CNDH, representante do Conselho Nacional dos Procuradores
29 Gerais – CNPG), Sílvio Albuquerque (Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos
30 Humanos, suplente), Frederico Coutinho (Secretaria Especial de Direitos Humanos, suplente),
31 Carlos Magno (Associação Brasileira de Gays Lésbicas Bissexuais e Transgêneros - ABGLT) Maria
32 Dirlene Marques (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos – RNFS),
33 Cristian Ribas (Coletivo ENEGRECER); Everaldo Bezerra Patriota (Ordem dos Advogados do
34 Brasil - OAB); Leonildo José Monteiro Filho (Movimento Nacional da População de Rua –
35 MNPR); Maria Madalena Nobre (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down-
36 FBASD, suplente); Adelar Cupsinski (Centro Indigenista Missionário – CIMI), Darci Frigo
37 (Plataforma Dhesca Brasil), Clarice Oliveira (Ministério da Justiça - MJ), Vera Paiva (Conselho
38 Nacional de Psicologia – CNP), Helena Martins (Intervozes); Lurdinha Nunes (MNDH), João Akira
39 Omoto (MPF-Suplente), Pedro Saldanha (MRE), Jandyra Massue Uehara Alves (Suplente – CUT).
40 A reunião teve também a presença dos representantes da Secretaria Executiva do CNDH: Renata
41 Studart (Coordenadora-Geral do CNDH); Cristiane de Castro da Cruz (assessora do CNDH) e
42 Cláudio Picanço Magalhães e dos participantes: Jéssica Facundo (UNB), Erika Maximiano (UNB),



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

43 Fernanda Crus (UNB), Nathalia Uchoa de Lima (UNB), Maristela M. (CUT), Tailce Leite
44 (assessora - MPF) e Bruna Lóssio (Assessora da conselheira Luciana Lóssio). A presidente do
45 CNDH, Ivana Farina, fez a abertura da reunião e saudou a presença dos estudantes da UNB que
46 estão realizando um trabalho com os conselhos de direitos humanos, em seguida colocou para
47 aprovação as atas das 17^a, 18^a e 19^a Reuniões ordinárias. Após correções, as atas foram aprovadas.
48 Quanto ao Relatório de Rondônia, este foi aprovado na 19^a Reunião Ordinária e terá suas
49 recomendações direcionadas para as diversas instituições. Seguido para os informes, a Presidente do
50 CNDH fez o relato de sua participação no Encontro Nacional da População em Situação de Rua,
51 realizado em Minas Gerais. Disse que a demanda do segmento é imensa, devido as constantes
52 violações de direitos da população de rua, mas que não se pode deixar de reconhecer as conquistas
53 de direitos e do aumento da visibilidade ao tema. O evento foi bastante exitoso, tendo tido o relato
54 dos participantes. Estiveram presentes também os conselheiros Carlos Magno, Ricardo Barreto, e a
55 conselheira Maria Dirlene, um representante da PFDC e da Defensoria Pública da União. O
56 conselheiro Leonildo agradeceu a participação dos conselheiros no evento. Quanto a Marcha Contra
57 o Genocídio do Povo Negro, realizada em Salvador, a presidente do CNDH relatou a presença dela
58 e da conselheira Sandra Carvalho, na condição de observadoras. O movimento Reaja ou Será Morto
59 (a) defende que as políticas públicas têm sido executadas de forma a desumanizar o povo negro. As
60 representantes do Conselho assistiram a inauguração da escola, mantida pela própria organização.
61 Professores de universidades da Bahia participam a formação dos alunos. A população negra não se
62 ver livre da escravidão, por conta da opressão diária. A marcha caminhou com o acompanhamento
63 policial. A linha de frente da Marcha é formada por mulheres, que usavam muitas vezes como
64 palavra de ordem “Uhuru!!”, que significa liberdade no idioma Banto. Três representantes da
65 Polícia Federal também acompanharam a Marcha. O conselheiro Pedro Saldanha disse que o
66 entendimento do MRE é que apesar das mortes da população negra, não haveria de forma técnica
67 porque usar o termo “genocídio”, pois não seria o que está acontecendo no Brasil. O conselheiro
68 Cristian Ribas disse que o Movimento Reaja ou Será Morto surgiu para coordenar a marcha contra
69 o extermínio do povo negro, e que tinha a participação de diversas entidades. Porém, atualmente,
70 eles fazem o evento sem a participação de outras entidades. Reconheceu o grande papel que a
71 instituição faz na promoção da visibilidade da retirada de direitos, por omissão ou por ação racista
72 do estado contra a população. O conselheiro Darci Frigo fez o relato da reunião da Comissão
73 Indígena com o Ministro da Justiça e Cidadania. Disse que a reunião foi um momento para
74 representantes indígenas apresentarem as violações que tem ocorrido em seus territórios e a
75 paralisia pelo governo federal na titulação dos seus territórios. Sobre a PEC 215, o Ministro entende
76 que a Proposta não irá prosperar e que está em discussão a política indigenista no governo. Os
77 ruralistas defendem a aplicação as condicionantes do território Raposa Terra do Sol em todas as
78 demarcações. No caso da demarcação do Território Tupinambá, o conselheiro Adelar Cupisinski
79 disse que o STJ aprovou por unanimidade o processo demarcatório, restando apenas a assinatura
80 pelo Ministro. Os expedientes contendo as recomendações do Relatório Final Indígenas da Região
81 Sul foram enviados no dia dezoito de setembro. O conselheiro João Akira disse que a PFDC já
82 aprovou os em encaminhamentos do relatório do GT indígena, faltando receber o relatório formal. O
83 conselheiro Darci Frigo disse que a Comissão CP13 decidiu que os órgãos de direitos humanos
84 locais irão auxiliar no monitoramento das recomendações. O CIMI, o MAB e Terra de Direitos irão
85 articular no estados para o monitoramento das recomendações. O conselheiro Darci Frigo fez o
86 relato da reunião e dos presentes. Disse que a reunião em um primeiro momento tratou das
87 demandas da população quilombola, por meio dos relatos dos representantes da CONAQ. Há uma
88 preocupação de possíveis mudanças no marco regulatório, como, por exemplo, do marco temporal.
89 Foi criado um grupo de trabalho que irá solicitar à Fundação Palmares quantos territórios estão



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

90 sendo afetados por empreendimentos e mapear os marcos legais que estão em risco de retrocesso.
91 O grupo de trabalho irá trazer essas informações na próxima reunião. O conselheiro João Akira
92 Omoto disse que o marco temporal para os quilombolas pode ser diferente. No caso do Paiol de
93 Telha, não houve um distanciamento da população do território da qual foram expulsos, então a
94 questão do marco temporal não se aplica muito ao caso quilombola. Em seguida o conselheiro
95 Darci Frigo informou sobre a missão de monitoramento das recomendações de Belo Monte e da
96 visita a mineradora Belo Sun, nos dias 09 a 13 de outubro. No dia 23 haverá uma reunião com as
97 instituições para verificar o que foi feito das recomendações enviadas. No caso da Bacia do Rio
98 Doce o relatório está em fase de finalização. O MAB irá realizar uma Marcha no dia 30 de outubro
99 na área afetada pelo rompimento da barragem da Samarco. No caso da área de São Felix do Xingu
100 já foram assassinados três trabalhadores. Nos casos em que ocorreram abusos da atividade policial,
101 serão enviados para a PGR para a designação de um promotor para a análise do caso. O caso da
102 defensora Lenir Correia, que atua em Rondônia está sendo acompanhado pela presidente do CNDH
103 e pelo procurador Rafael Beviláqua. Ela será incluída no programa Provita. O conselheiro Darci
104 Frigo solicitou que o relatório de Rondônia seja apresentado à secretária Flávia Piovesan com a
105 presença da defensora Lenir. A comissão também definiu um grupo de trabalho para o
106 monitoramento das recomendações de Rondônia. A Comissão também solicitou uma reunião do
107 Conselho com o Inca para tratar das questões em conflito em Rondônia. A Presidente do CNDH
108 leu então os encaminhamentos da Comissão: acompanhar as questões judicializadas ADI
109 quilombola, trf e STj divino pai eterno e rondonia. Morte ronair procurador geral de justiça. CNJ
110 para participar da comissão, caso de Pernambuco irá chegar pelo MST. Em seguida, a presidente do
111 CNDH Ivana Farina relatou a reunião com a AGU, que tratou das Comunidades Terapêuticas, que
112 foi exitosa e que o Ministro iria fazer o sobrestamento. Porém, com a saída do Ministro, não sabe se
113 houve o encaminhamento. Quanto ao caso Aline Pimentel que está na comissão da ONU, acredita
114 que tenha tido o encaminhamento da negociação com a filha da vítima. A conselheira Lurdinha
115 Nunes fez o relato da reunião da Comissão do Direito à Alimentação Adequada, realizada no dia 12
116 de setembro. Na reunião foi aprovado o plano de trabalho da comissão. Houve a apresentação do
117 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Na reunião também foi apresentado o Sistema
118 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. O foco maior da comissão são as
119 comunidades tradicionais. Para o cidadão estar no CadÚnico é necessário que possua CPF. Porém,
120 muitos representantes dos povos tradicionais não possui CPF. A Presidente do CNDH Ivana Farina
121 lembrou que em setembro de 2014 houve a última missão à comunidade de Sapê do Norte. A
122 Comissão herdou o relatório que foi aprovado em uma reunião em Curitiba. As recomendações do
123 relatório e as atualizações que irão ser apresentadas pela Comissão atual serão acolhidas pelo
124 Conselho e encaminhadas. Foi solicitada a organização de um evento em outubro com a presença da
125 FAO, sobre o desperdício dos alimentos. A secretaria executiva do CNDH disse que não haveria
126 como se organizar um evento desse porte até o dia 18 de outubro, mas a Comissão irá se reunir e
127 poderá convidar o representante da FAO. Dando continuidade aos relatos das reuniões das
128 comissões, a conselheira Maria Dirlene fez o relato da Comissão do Direito à Cidade. A reunião se
129 debruçou na definição da missão e dos objetivos da Comissão. Foram apresentadas indicações de
130 representantes de entidades que poderiam ser chamadas para comporem a comissão, como
131 representantes do CONFEA, da CAU, da UnB, da USP e a arquiteta Raquel Rolnik. A comissão
132 trabalharia com um GT com foco em moradia, tendo como atividade inicial o acompanhamento da
133 comunidade Izidora em Belo Horizonte, em parceria com a Comissão de Defensores que irá visitar
134 a ocupação Izidora. A presidente do CNDH Ivana Farina disse que foi pedida a audiência com o
135 governador, mas até o momento não houve a possibilidade de reunião. Porém, foi criada uma mesa
136 de negociação em BH, que já se reuniu e que o Conselho poderia participar dessa Mesa. O



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

137 julgamento do caso Isidora está marcado para o dia 28 de setembro. O conselheiro Everaldo Patriota
138 fez o relato da reunião da Comissão Privação de Liberdade. A proposta era que o GT criado pela
139 comissão fizesse a sistematização das recomendações existentes e apresentá-las, já nessa próxima
140 reunião. A Coordenadora do DEPEN fez a apresentação durante a reunião, onde foi descrito que há
141 recursos para a melhoria do sistema, porém muitas vezes os estados não apresentam um projeto para
142 o pedido dos recursos. Quanto a sistematização das recomendações, ficou definido que até o dia 16
143 de setembro todos os documentos referentes ao sistema penitenciário serão enviados para a relatoria
144 do GT. Como coordenadora ficou definida a Doutora Paula Bager e como revisor o Doutor Roberto
145 Tadeu Vaz, representante da PFDC e representante do CONDEGE. No dia 06 de outubro será
146 aprovado por e-mail o documento trazido pela relatoria. A comissão também propôs a realização de
147 um seminário para 150 a 200 pessoas, contendo cinco eixos: (1) Sistema Prisional, (2) Sistema
148 Socioeducativo, (3) Hospitais Psiquiátricos e Comunidades Terapêuticas e Hospitais de Custódia,
149 (4) Presídios Federais e (5) Acesso à Justiça. O seminário seria realizado em dois dias. Há um
150 consenso que o custo de unidades privatizadas é maior do que em unidades públicas. A conselheira
151 Vera Paiva disse que seria bom que esse seminário fosse um encerramento da gestão do biênio do
152 Conselho. Que o Conselho fornecesse passagem para os palestrantes e que as pessoas viessem por
153 conta de suas entidades. A Presidente do CNDH lembrou que em novembro já estão marcadas as
154 eleições do CNDH, no dia 10 de novembro. No dia 20 de outubro já está marcado a reunião com os
155 conselhos estaduais de direitos humanos. A presidente do CNDH Ivana Farina sugeriu que o evento
156 possa ser articulado com o MJ para sua realização. A reunião com o MJ será marcada para a
157 articulação do conselheiro Everaldo para a realização do evento. O evento teria como tema:
158 Seminário do Direito das Pessoas em Privação de Liberdade no Brasil. O conselheiro João Akira
159 lembrou os locais de privação de liberdade localizados nos portos e aeroportos. Como data prevista
160 ficou o dia 18 de novembro, no segundo dia da reunião ordinária. A comissão irá sugerir os nomes
161 dos participantes para o Seminário. Em seguida, a conselheira Helena Martins, fez a apresentação
162 da plataforma de recebimento de denúncias de programas policiais. A plataforma está aberta
163 para o recebimento de denúncias por diversos cidadãos. Uma das etapas da criação da Plataforma
164 foi o monitoramento de 28 programas policiais de TV ou rádio, por 30 dias, em dez capitais
165 brasileiras. O estudo revelou a ocorrência de 4.500 violações de direitos e 15.761 infrações a leis
166 brasileiras e a acordos multilaterais ratificados pelo Brasil. O Conselheiro Everaldo Patriota
167 registrou suas congratulações a iniciativa do Intervozes. O conselheiro Leonildo Monteiro relatou a
168 reunião do GT Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. O GT quer participar da construção da
169 PL que trata da política de população de rua. O CONANDA também solicitou que no caso das
170 mães com crack, seja dado o apoio para a mãe e para os filhos para que o vínculo seja mantido. O
171 conselheiro representante do Coletivo Enegrecer, Cristian Ribas, registrou o seu repúdio a
172 manifestação da Secretária de Direitos Humanos Flávia Piovesan, realizada na ONU, contra a
173 representação enviada pelo Ex-presidente Lula. Disse que sua manifestação revela um alinhamento
174 com a pauta do atual governo. O conselheiro Leonildo Monteiro questionou o lançamento do
175 Programa Criança Feliz pelo atual governo, sem a discussão com a sociedade civil. A presidente do
176 CNDH, Ivana Farina fez o relato do Seminário sobre a violência contra as mulheres em suas
177 diversas formas. A presidente do CNDH disse que apesar da quantidade de pessoas aquém do
178 esperado, o Seminário teve uma presença qualificada. O Seminário questionou a paralização do
179 Conselho dos Direitos das Mulheres, com a representante da SPM. Entre as deliberações ficou de
180 se tratar de um seminário sobre mulheres na justiça. Esse evento está a depender da articulação das
181 entidades do judiciário. Quanto ao direito ao aborto às mulheres grávidas contaminadas com o Zika
182 vírus será colocado como pauta na próxima reunião ordinária. A conselheira Maria Dirlene relatou a
183 violência sofrida pela Vereadora Carla Pimentel no Paraná, pelo Vereador Professor Galdino.



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

184 Seguindo a pauta, a Presidente do CNDH informou sobre o convite para participar da Oficina
185 Regional do Alto Comissariado da ONU da América do Sul. O evento terá a participação de
186 instituições nacionais de direitos humanos, também chamados de defensores do povo. O CNDH irá
187 participar da Oficina, nos dias 26 e 27 de outubro. A Oficina tratará do direito as manifestações. A
188 ONU reconhece que as manifestações são responsáveis pelas conquistas de direitos. Nesse sentido
189 os observadores de direitos humanos devem ser fortalecidos para a liberdade de livre reunião, livre
190 expressão e livre manifestação. A Oficina irá debater a possibilidade de atuação dos observadores
191 em situações excepcionais. A conselheira Helena Martins disse achar fundamental a ação dos
192 observadores principalmente em situações de iminente confronto com as forças policiais. O
193 conselheiro João Akira disse que a PFDC está passando por uma situação de constrangimento por
194 conta que o Ministério Público de São Paulo entrou com uma representação contra a PFDC pela
195 atuação contra a violência nas manifestações. Disse que as instituições nacionais exercem papéis
196 diferentes em relação aos observadores. Os observadores tem o papel de dar uma visão sobre os
197 participantes das manifestações e os agentes da ordem. O observador é o indivíduo, que se
198 diferencia do Conselho, por exemplo. O conselheiro Cristian Ribas disse que é importante que o
199 observador tenha capacidade para promover a mediação. O conselheiro Everaldo Patriota
200 questionou como seria possível uma mediação na atual conjuntura quando o comando da força
201 policial é para que se use a força, desconsiderando quem quer que seja. Há diversos casos de
202 advogados que foram espancados, ou levados pela polícia assim que se apresentaram aos policiais.
203 O conselheiro Darci Frigo disse que mesmo com esse risco, as intervenções que tem acontecido tem
204 sido fundamentais em diversas situações. A conselheira Clarissa Oliveira (MJ) disse que o texto da
205 ONU trás algumas perguntas que deverão ser levadas à reunião, como quais situações de exceção
206 em que os observadores irão atuar e como atuarão. A Presidente Ivana Farina disse que o Conselho
207 deva levar mais as situações a que passam as manifestações no Brasil do que proposições de quais
208 situações que os observadores irão atuar. A conselheira Clarice Oliveira disse que seria importante o
209 conselho proponha na Oficina em qual situação o observador deixa de ser apenas observador e
210 passa para uma atuação de mediador. A conselheira suplente Maristela disse que seria importante
211 nessa oficina definir quem pode ser observador. Os policiais nas manifestações em São Paulo não
212 atuavam apenas com armas não letais. A polícia atuava para provocar uma situação de medo. O
213 conselheiro Cristian Ribas disse que é preocupante a fala da representante do MJ por conta que o
214 documento da Oficina não poderia ser apenas um manual e sim em um protocolo em que as
215 instituições respeitem os observadores em sua atuação. Os observadores devem ser instrumentos
216 para a garantia da livre manifestação. A Presidente do CNDH informou que irá levar à Oficina as
217 normativas existentes no Brasil sobre direito à livre manifestação. A resolução do CDDPH de 2013
218 que trata do direito à livre manifestação e da não violência em eventos públicos foi reeditada e
219 enviada para os governadores dos estados, diante dos fatos recentes de prisões arbitrárias e
220 violência policial. O Conselho deliberou representantes para acompanhar casos de violações dos
221 direitos humanos em situações de emergência: Adelar Cupsinski, Cristian Ribas, Everaldo Patriota,
222 Francisco Nobrega e Helena Martins. A Presidente do CNDH, Ivana Farina, colocou como ponto de
223 pauta a manifestação do CNDH sobre a prorrogação da Portaria 601/2016. A manifestação foi
224 aprovada, sendo o texto a ser redigido e aprovado no segundo dia da reunião. O conselheiro Darci
225 Frigo disse que a questão das passagens seria o menor dos problemas gerado pela Portaria. A
226 portaria coloca explicitamente que no caso das forças policiais não há restrição de recursos, o que
227 mostraria que o foco da política seria a repressão. O processo massivo de violações tem sido
228 realizado por decisões do poder executivo. O conselheiro Frederico Coutinho disse que a secretária
229 se manifestou contra as repressões nas manifestações. Dando início ao segundo dia de reunião
230 Plenária, que foi presidida pela conselheira Maria Dirlene foi apresentado o relatório da Comissão



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

231 de Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação. A relatoria foi composta pela Suzana Varjão e
232 Helena Martins. A pesquisa foi feita por meio da tipificação de violações que ocorrem na mídia.
233 Foram mapeados diversos programas policiaiscos. O conselheiro Everaldo Patriota disse que esses
234 programas só existem porque o estado permite. Por exemplo, os próprios agentes do estado
235 alimentam as violações. Os supostos terroristas foram apresentados pelos próprios ministros. O
236 Ministério Público apresenta suspeitos como criminosos. A presença da Força Nacional tem
237 aumentado a violência. O relatório foi debatido em plenária. Foram feitas sugestões de alterações,
238 sendo o relatório finalmente aprovado por unanimidade. O conselheiro Adelar Cupsinski
239 parabenizou o relatório e disse que o estado tem responsabilidade pela atual situação das violações.
240 O nome dos programas já traz a incitação a violência. Disse que a inibição do patrocínio a esses
241 programas, por meio das propagandas veiculadas no mesmo horário é fundamental. Os programas
242 têm sido usados como visibilidade para a candidatura tanto de delegados, quanto dos próprios
243 apresentadores. O conselheiro Everaldo Patriota disse que nos municípios do interior a retirada das
244 propagandas estatais teria um grande peso. O Conselheiro Carlos Magno parabenizou o relatório e a
245 existência da Comissão. Lembrou que o próprio Conselho Curador da EBC está em cheque. As
246 empresas de comunicação existentes no Brasil são todas comandadas por políticos. Disse que as
247 travestis e transexuais são constantemente tratadas com violência nos programas. Disse que uma
248 ação do MP levou a suspensão do programa do João Kleber que era homofóbico. A conselheira
249 Maria Dirlene colocou em pauta a proposta de manifestação contra a extinção do conselho Curador
250 da EBC. O conselho curador é plural, com poder de afastar o Presidente da EBC. Dois dias depois
251 do impeachment da então Presidenta Dilma, o Presidente Michel Temer enviou uma Medida
252 Provisória extinguindo o Conselho Curador. A proposta de manifestação foi redigida e aprovada
253 pelo Conselho, por onze votos favoráveis e um voto contrário (da Secretaria Especial de Direitos
254 Humanos). O ponto de pauta seguinte tratou da reunião realizada com representantes do Estado do
255 Ceará sobre o sistema socioeducativo. Os representantes do Ceará vieram na quarta-feira para se
256 reunir com o SINASE e o CNDH. O que ficou decidido é que a atual Superintendência que está
257 cuidando do sistema socioeducativo irá emitir um comunicado oficial com uma comparação entre
258 ao que foi recomendado no relatório do CNDH e o que tem sido efetivamente realizado pelo Estado
259 do Ceará. O CNDH não abriu mão da reunião com o Governador do Ceará. O conselheiro Everaldo
260 Patriota sugeriu que caso o conselho não receba a resposta, o CNDH deveria aplicar uma sanção ao
261 Governador. O conselheiro Silvio Albuquerque disse que se reuniu com os mesmos interlocutores e
262 que saiu com a impressão que as medidas de médio prazo serão efetivas. Pediu aos representantes
263 que seja reaberta a mesa de monitoramento coordenada pela Vice-governadora. Há rebeliões diárias,
264 comida estragada, água não tratada. Disse que o acompanhamento pelo Conselho é essencial. A
265 conselheira Helena Martins disse que teve a mesma impressão, pois, anteriormente o
266 posicionamento era de negação. Um caso problemático transformado em exitoso pode ser levado
267 para outros estados. No dia 03 de outubro haverá um novo retorno do estado do Ceará sobre o que
268 está sendo realizado. O conselheiro Everaldo Patriota disse que se as medidas emergências não
269 forem mitigadas não haverá melhoria, pois as rebeliões continuarão e as condições degradantes
270 continuarão presentes. O conselheiro Adelar Cupsinski fez em seguida o relato da demarcação da
271 terra indígena dos índios Xokleng de Santa Catarina que trata da Ação Civil 1100. A área demarcada
272 para os índios está sofrendo nos períodos de cheia do rio Itajaí, por conta de uma barragem de
273 contenção que foi construída. Os índios estão confinados na região atingida. Foi realizado um
274 pedido de ampliação da área por conta da área que foi atingida pela barragem. O conselheiro
275 sugeriu que o Conselho faça o acompanhamento junto ao STF, pois o processo está sendo
276 acompanhado pelo Ministro Fachin. A PFDC continuará o acompanhamento da situação dos
277 indígenas. Os conselheiros Adelar e Akira irão enviar um memorial para distribuição a todos os



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

278 ministros do STF e será colocado dentro das agendas de atuação no judiciário. Na reunião em
279 outubro o assunto será reapresentado com os subsídios. O caso vai ser analisado no sentido se o
280 caso é emblemático para a atuação sobre a questão do Marco Temporal. A conselheira Maria
281 Dirlene colocou em pauta o caso sobre as lideranças do MST de Goiás que estão presas. Foi
282 encaminhando um *Habeas Corpus* ao MPF, que irá elaborar um parecer. A sugestão é que o CNDH
283 solicite uma audiência com o juiz no STJ, pois será o primeiro caso em que o MST será enquadrado
284 como Organização Criminosa. Os conselheiros João Akira, Everaldo Patriota e a advogada Luciana
285 Pivato iriam trabalhar o tema sobre a criminalização por justificativa de formação de organizações
286 criminosas. O ponto de pauta seguinte tratou sobre a reunião ampliada com os Conselhos Estaduais
287 dos Direitos Humanos. A Coordenadora do CNDH Renata Studart apresentou a planilha com os
288 dados dos conselhos existentes nos estados. O conselheiro Darci Frigo ressaltou que a direção é
289 que o CNDH possa trabalhar em rede. Casos os conselhos estaduais estiverem funcionando, fica
290 muito mais efetiva a cobrança do monitoramento das recomendações e a coleta de informações
291 sobre casos que chegam ao Conselho. O CNDH irá proporcionar a vinda de um representante dos
292 conselhos estaduais, representante da sociedade civil e o estado trará seu representante do poder
293 público. A proposta do evento é que o Conselho apresente sua estrutura e forma de atuação e que a
294 tarde aconteça uma reunião de trabalho em grupos com os representantes dos conselhos. Para
295 facilitar o desenvolvimento dos trabalhos, será enviado um questionário aos conselhos solicitando
296 informações sobre: o marco legal de criação do conselho, regimento interno, composição,
297 comissões, infraestrutura, áreas de atuação e desafios. A conselheira Lurdinha Nunes ressaltou a
298 dificuldade de muitos conselhos trabalharem de forma efetiva. O conselheiro Everaldo Patriota
299 sugeriu que nos estados onde não há conselhos sejam chamados representantes para acompanhar a
300 reunião. A conselheira Maria Madalena defendeu que a criação de outros conselhos seja uma
301 atividade do CNDH a médio e longo prazo e posterior ao encontro. Os conselheiros ficaram
302 responsáveis pela articulação nos estados para a participação dos representantes da sociedade civil.
303 A reunião será no dia 20 de outubro, com início às 9h, com a apresentação do CNDH, as 9h e 30
304 haverá a apresentação dos conselhos estaduais. A tarde haverá a realização dos grupos de trabalho e
305 as conclusões dos trabalhos. Após definida a programação da reunião ampliada com os conselhos, o
306 conselheiro Darci Frigo perguntou como está a construção do GT que irá tratar dos programas de
307 defensores. A Coordenadora do CNDH disse que ainda faltava a indicação do PPCAM e da SDH
308 para o GT. O conselheiro Darci Frigo solicitou que até a próxima plenária em outubro já tenha sido
309 realizada uma reunião deste GT. Foi colocada em votação a nota sobre a Portaria 796/216/MJC. A
310 conselheira Maria Dirlene fez a leitura da minuta da Nota Pública. O conselheiro Sílvio disse que a
311 comunicação com o MJ tem garantido todos os repasses aos convênios como todas as atividades da
312 Secretária, não tendo tido interrupção das atividades. Preferiria que a portaria não tivesse sido
313 ampliada, mas não houve paralisação das atividades. O conselheiro Cristian Ribas disse que a
314 centralização está prejudicando as atividades de diversos conselhos da SDH, como do CNPIR e do
315 CNDM, e que o posicionamento do CNDH não poderia ser corporativista. O conselheiro Everaldo
316 Patriota disse que nas conversas que teve com as organizações responsáveis pelos programas de
317 defensores, a situação de repasse está melhor agora do que em março desse ano. O conselho Darci
318 Frigo defendeu que a nota deveria ser mais robusta, com informações mais detalhadas das áreas
319 prejudicadas pela Portaria. A Nota Pública do CNDH pela revogação da Portaria 796/2016/MJC foi
320 aprovada por onze votos favoráveis e um voto contrário (da Secretaria Especial de Direitos
321 Humanos). Finalmente o Conselho se posicionou pelo seu repúdio a ação do vereador Professor
322 Galdino, que agrediu em plenária a vereadora Carla Pimentel e espera que todas as medidas
323 judiciais cabíveis sejam tomadas.